



## Editorial

Esta edição temática de UNIO – *EU Law Journal* é integralmente dedicada às questões relacionadas com o Mercado Único Digital. Insere-se no âmbito do Projeto Jean Monnet “INTEROP - *EU Digital Single Market as a political calling: interoperability as the way forward*”, desenvolvido por investigadores que integram a equipa editorial de UNIO – um projeto que tem por objetivo, entre outros, discutir com os *policymakers* europeus o sentido a ser traçado para o Mercado Único Digital, quais as suas potencialidades e fragilidades e, bem assim, o que esperar quanto à sua consecução e respetivo impacto no contexto dos Estados-Membros. Mais especificamente, o projeto pretende testar o âmbito da “interoperabilidade” nos mais variados domínios e a sua operatividade.

Os textos publicados nesta edição refletem, em larga medida, os debates entabulados durante dois workshops realizados com o apoio do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal, quais sejam: “A UE e o Mercado Único Digital” (realizado em outubro de 2017) e “A interoperabilidade na União de Segurança” (realizado em junho de 2018). O primeiro workshop contou com a presença dos Eurodeputados José Manuel Fernandes e Carlos Zorrinho (relator do Parlamento Europeu para a iniciativa *Wifi4EU*, a propósito da conectividade sem fios gratuita nos espaços públicos<sup>1</sup>); e o segundo workshop contou com a presença do Eurodeputado Nuno Melo (relator do Parlamento Europeu para o *dossier* sobre a interoperabilidade de sistemas de informação e combate ao terrorismo, migração irregular e criminalidade transfronteiriça).

Abrimos este número de UNIO – *EU Law Journal* com um texto da autoria de Alessandra Silveira e Pedro Froufe no qual os Autores procuram demonstrar por que razão a proteção de dados pessoais converteu-se na questão jusfundamental identitária dos nossos tempos. Os Autores defendem que, no contexto da afirmação da União Europeia como uma União de direito, a importância e a atenção concedidas à efetividade do direito fundamental à proteção de dados pessoais não se justifica apenas pela pressão dos tempos tecnológicos que vivemos e pela emergência progressiva de um *homo digitalis* – está, antes de mais, ao serviço do aprofundamento político da integração via cidadania europeia (enquanto “cidadania de direitos”).

No sentido desta cidadania – e porque os cidadãos europeus ditos “estáticos”

---

<sup>1</sup> A iniciativa *Wifi4EU* está prevista no Regulamento (UE) 2017/1953 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2017.

também “circulam” através da Internet e devem ter os seus direitos salvaguardados –, o desenvolvimento da administração pública digital ou em linha (*e-Government/e-Administration*) é perspetivado no texto de Sophie Perez. A Autora aborda a problemática do Mercado Único Digital a partir da coordenação dos sistemas de segurança social – ou das soluções de interoperabilidade ao serviço da proteção social. Tendo como pano de fundo a recente reforma legislativa na matéria, a Autora procura testar a implementação do Mercado Único Digital no setor público através de uma administração pública transfronteiriça digital, interoperável e de elevada qualidade.

A interdisciplinaridade desta edição de UNIO – *EU Law Journal* é assegurada pelos textos de Elsa Costa e Silva (Ciências da Comunicação) e Sandra Fernandes (Ciência Política) – a propósito, respetivamente, da iniciativa *Wifi4EU* e da União da Segurança. A primeira iniciativa é apreciada por Elsa Silva a partir das questões da literacia digital e do poder dos atores na rede, enquanto o segundo *dossier* é apreciado por Sandra Fernandes a partir da perspetiva securitária da União Europeia e da emergência do digital enquanto matéria de defesa.

Na sequência, Joana Abreu traz uma apreciação crítica da proposta de um novo Código para as Comunicações Eletrónicas apresentada pela Comissão Europeia. Tal proposta pretende a redefinição do serviço universal europeu, a fim de o atualizar às soluções de conectividade do nosso tempo, bem como a revisão do papel do Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas, conferindo-lhe competências mais amplas no âmbito da resolução transnacional de litígios e de articulação entre as instituições europeias e as autoridades reguladoras nacionais.

O problema central do texto de Alexandre Veronese e Marcelo Cunha – investigadores do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da Universidade de Brasília – prende-se com o regime jurídico aplicável ao comércio eletrónico em face da integração dos sistemas de compra e venda com os meios de pagamento. O texto focaliza o direito brasileiro à luz do direito da União Europeia e revela as dificuldades de proteção contra fraudes e danos recorrentes das relações comerciais no mercado global.

Seguem-se alguns textos que apreciam questões técnicas de natureza mais específica no âmbito do Mercado Único Digital. Isabel Espín procede a uma leitura crítica da regulamentação de licenças para a exploração de obras que deixaram de ser comercializadas – prevista na proposta de diretiva relativa aos direitos de autor no Mercado Único Digital. Já Francisco Andrade se ocupa das questões relacionadas com a identificação, assinatura e serviços de confiança nas transações eletrónicas no mercado interno, a fim de que os cidadãos possam beneficiar de serviços digitais num ambiente técnica e juridicamente seguro. O texto de Pedro Freitas aborda o regime sancionatório previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados aplicável desde 25 de maio de 2018 – e o texto de Graça Canto Moniz aborda a questão do âmbito de aplicação extraterritorial do regime de proteção de dados pessoais da União Europeia à luz daquele Regulamento Geral.

Os três últimos textos desta edição são da autoria de Mestrandos da Escola de Direito da Universidade do Minho, selecionados de entre os trabalhos apresentados no último semestre letivo a propósito do desenvolvimento do Mercado Único Digital. Os trabalhos científicos dos Mestrandos surgem na senda do projeto INTEROP que visa promover o envolvimento de jovens investigadores e a sua sensibilização para as temáticas inerentes a esta matéria. Rui Castro Vieira analisa os progressos da democracia digital e da administração pública em linha (*e-Government/e-Democracy*) através de projetos de interoperabilidade para a promoção da cidadania europeia e o desenvolvimento de um espaço ciberpolítico (*Cyberpolitical space*) na União Europeia.

Por sua vez, Diogo Brandão aborda a iniciativa *WiFi4EU* à luz dos princípios do direito da União em sede de regulação e concorrência. Por fim, Tiago Cabral escrutina as oportunidades e os desafios sociais e económicos trazidos pelo desenvolvimento da robótica e da inteligência artificial na União Europeia.

**Equipa Editorial**